



Escola de Administração Fazendária



Comissão de Valores Mobiliários

Concurso Público - 2010

(Edital ESAF n. 94, de 11/10/2010)

Prova 2

Cargo:

INSPETOR

Instruções

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“A confiança em si próprio é o primeiro segredo do sucesso.”
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica transparente (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.24 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

CONTABILIDADE

1 - Assinale abaixo a única opção que expressa uma afirmativa errada.

- a) As demonstrações financeiras são parte integrante das informações contábeis elaboradas e divulgadas por uma entidade.
- b) O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.
- c) As informações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade são principalmente fornecidas pelo balanço patrimonial.
- d) As informações sobre o desempenho da entidade são basicamente fornecidas na demonstração do resultado.
- e) As informações sobre as mutações na posição financeira da entidade são fornecidas nas demonstrações contábeis por meio de uma demonstração em separado.

2 - As demonstrações contábeis, quando corretamente elaboradas, satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles as utilizam para a tomada de decisões de ordem econômica.

Sob esse aspecto, pode-se dizer que, entre outras finalidades, os usuários baseiam-se nas demonstrações contábeis para praticar as seguintes ações, exceto:

- a) decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações.
- b) avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios.
- c) determinar a distribuição de lucros e dividendos.
- d) regulamentar as atividades das entidades.
- e) fiscalizar a lisura dos atos administrativos.

3 - Aponte abaixo a opção que contém uma assertiva incorreta.

- a) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.
- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos para a entidade.
- c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os resultados.
- d) Muitos ativos têm uma substância física. Entretanto, substância física não é essencial à existência de um ativo.
- e) Muitos ativos estão ligados a direitos legais, inclusive a direito de propriedade. Ao determinar a existência de um ativo, entretanto, o direito de propriedade não é essencial.

4 - A empresa Material de Construções Ltda. adquiriu 500 sacos de argamassa Votoram, de 20 kg cada um, ao custo unitário de R\$1,00 o quilo, pagando 15% de entrada e aceitando duplicatas pelo valor restante. A operação foi isenta de tributação.

Do material comprado, 10% serão para consumo posterior da própria empresa e o restante, para revender.

O registro contábil dessa transação é, tipicamente, um lançamento de quarta fórmula, e o fato a ser registrado é um Fato Administrativo.

- a) composto aumentativo.
- b) composto diminutivo.
- c) modificativo aumentativo.
- d) modificativo diminutivo.
- e) permutativo.

5 - Ao apurar o resultado no fim do período contábil, a empresa encontrou um lucro líquido, antes dos tributos sobre o lucro e das participações, no montante de R\$ 1.520,00.

A planilha de custos trazida para compor o resultado do período continha juros relativos a dezembro de 2009, já pagos, no valor de R\$ 125,00; juros relativos a janeiro de 2010, ainda não pagos, no valor de R\$ 180,00; juros relativos a dezembro de 2009, ainda não pagos, no valor de R\$ 160,00; juros relativos a janeiro de 2010, já pagos, no valor de R\$ 200,00. Referida planilha já havia sido contabilizada segundo o regime de caixa.

As demais contas estavam certas, com saldos já contabilizados, segundo o regime de competência.

A empresa, então, mandou promover o registro contábil das alterações necessárias para apresentar os eventos segundo o regime de competência, em obediência à regulamentação vigente.

Após os lançamentos cabíveis, o réditto do período passou a ser lucro de

- a) R\$ 1.180,00
- b) R\$ 1.195,00
- c) R\$ 1.360,00
- d) R\$ 1.560,00
- e) R\$ 1.235,00

6 - A empresa Comercial de Bolas e Balas Ltda. mandou elaborar um balancete de verificação com as seguintes contas e saldos constantes do livro Razão Geral:

<u>Contas</u>	<u>Saldos</u>
Caixa	13.000,00
Depreciação Acumulada	2.000,00
Títulos a Pagar	80.000,00
Salários e Ordenados	1.600,00
Bancos – Conta Movimento	74.000,00
Receitas de Serviços	14.400,00
Computadores e Periféricos	16.000,00
Despesas de Transporte	700,00
Salários a Pagar	1.000,00
Capital Social	160.000,00
Provisão p/Créditos de Liquidação	
Duvidosa	600,00
Capital a Realizar	18.000,00
Duplicatas Descontadas	10.000,00
Provisão p/FGTS	800,00
Aluguéis Passivos a Vencer	1.500,00
Imóveis	110.000,00
Clientes	<u>34.000,00</u>

Elaborada referida peça contábil de acordo com a solicitação, foi constatado o fechamento do balancete com o seguinte saldo total:

- a) R\$ 537.600,00
- b) R\$ 268.800,00
- c) R\$ 223.300,00
- d) R\$ 233.300,00
- e) R\$ 134.400,00

7 - O Banco do Brasil emitiu aviso de débito comunicando à empresa Fermônio S/A a quitação de uma de suas duplicatas da Carteira de Desconto, no valor de R\$ 2.000,00.

Ao receber tal aviso, a empresa tomadora do empréstimo contabilizou o evento, lançando:

- a) débito em Duplicatas Descontadas e crédito em Bancos conta Movimento.
- b) débito em Duplicatas a Receber e crédito em Duplicatas Descontadas.
- c) débito em Bancos conta Movimento e crédito em Duplicatas Descontadas.
- d) débito em Bancos conta Movimento e crédito em Duplicatas a Receber.
- e) débito em Duplicatas Descontadas e crédito em Duplicatas a Receber.

8 - As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. Para satisfazer a seus objetivos, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- a) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.
- b) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital próprio e valor adicionado.
- c) ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações no capital de giro e fluxos de caixa.
- d) ativos, passivos, patrimônio líquido, resultados do período, alterações no capital de giro, fluxos de caixa e valor adicionado.
- e) ativos, circulantes e não circulantes, passivos, circulantes e não circulantes, patrimônio líquido, resultados do período, ganhos e perdas, alterações no capital de giro próprio, fluxos de caixa e valor adicionado.

9 - Certa empresa, em 01/12/2009, contratou um empréstimo bancário de R\$ 10.000,00 pelo prazo de quatro meses, a juros de 2,5% ao mês. Se houver atraso no pagamento serão cobrados mais 2,5% ao mês ou fração. O cálculo deve ser feito de forma direta, sem considerar eventuais juros sobre juros.

A empresa, já na época da contratação, utiliza o regime de competência em seus registros contábeis.

Quando, no dia 30 de abril de 2010, foi efetuada a liquidação dessa dívida, a empresa, para registrar o evento em um único lançamento contábil, deverá fazer:

- a) Diversos
a Diversos
- | | | |
|-----------------------|-----------------|-----------|
| Empréstimos Bancários | 10.000,00 | |
| Despesa de Juros | <u>1.000,00</u> | 11.000,00 |
| a Caixa | 10.250,00 | |
| a Juros a Vencer | <u>750,00</u> | 11.000,00 |
- b) Diversos
a Diversos
- | | | |
|-----------------------|-----------------|-----------|
| Empréstimos Bancários | 10.000,00 | |
| Despesa de Juros | <u>1.250,00</u> | 11.250,00 |
| a Caixa | 10.250,00 | |
| a Juros a Vencer | <u>1.000,00</u> | 11.250,00 |
- c) Diversos
a Diversos
- | | | |
|-----------------------|---------------|-----------|
| Empréstimos Bancários | 10.000,00 | |
| Despesa de Juros | <u>750,00</u> | 10.750,00 |
| a Caixa | 10.000,00 | |
| a Juros a Vencer | <u>750,00</u> | 10.750,00 |
- d) Empréstimos Bancários
a Diversos
- | | | |
|------------------|-----------------|-----------|
| a Caixa | 10.250,00 | |
| a Juros a Vencer | <u>1.000,00</u> | 11.250,00 |
- e) Diversos
a Caixa
- | | | |
|-----------------------|---------------|-----------|
| Empréstimos Bancários | 10.000,00 | |
| Despesa de Juros | <u>250,00</u> | 10.250,00 |

10- A empresa Atividade Tributada S/A apurou, ao fim do exercício social, os seguintes componentes de resultados:

Receitas tributáveis	80.000,00
Despesas dedutíveis	58.200,00
Receitas Não Tributáveis	9.600,00
Despesas não dedutíveis	4.600,00
Contribuição Social sobre o lucro líquido	2.400,00
Imposto de Renda 15%	

O saldo de prejuízos fiscais a compensar, conforme apuração na demonstração do lucro real de períodos anteriores e registrado no livro próprio, monta a R\$ 10.000,00.

Com base nas informações acima, calcule o imposto de renda a provisionar e indique o seu valor.

- a) R\$ 3.360,00
b) R\$ 3.270,00
c) R\$ 2.541,00
d) R\$ 2.289,00
e) R\$ 1.770,00

11- Assinale a opção que não corresponde à verdade.

Entre as definições contidas nas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade para o correto reconhecimento e mensuração de estoques encontramos a seguinte:

- a) Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.
- b) Valor justo é aquele pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.
- c) O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda do estoque no curso normal dos negócios.
- d) O valor justo reflete a quantia pela qual o mesmo estoque pode ser trocado entre compradores e vendedores conhecedores e dispostos a isso.
- e) O valor justo é um valor específico para a entidade, ao passo que o valor realizável líquido não é. Por isso, o valor realizável líquido dos estoques pode não ser equivalente ao valor justo deduzido dos gastos necessários para a respectiva venda.

12- Assinale a opção que não corresponde à verdade.

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC aprovou a Resolução NBC T 19.20, relativa a Estoques, para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010. Referida resolução leciona que:

- a) o valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.
- b) os estoques, objeto desta Norma, devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.
- c) o custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos, os custos de transporte, seguro, manuseio e outros, deduzido de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.
- d) o custo dos estoques que não possa ser avaliado pelo valor específico, deve ser atribuído pelo uso do critério primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS), último a entrar, primeiro a sair (UEPS) ou pelo critério do custo médio ponderado.
- e) Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas e a alocação sistemática de custos indiretos de produção, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

13- Ao fim do exercício social, a empresa Mel & Doces Ltda., ao inventariar três dos seus produtos para venda, apurou a seguinte situação em quantidades e custos de aquisição:

Item ALFA = 500 unidades ao custo unitário de R\$ 3,00;

Item BETA = 100 unidades ao custo unitário de R\$ 12,00;

Item ZETA = 300 unidades ao custo unitário de R\$ 20,00.

As despesas estimadas com a venda equivalem a 10% do preço de custo. O preço de venda em vigor no dia do balanço era o seguinte: R\$ 3,50 para o item ALFA; R\$ 10,00 para o item BETA e R\$ 20,00 para o item ZETA.

Em face da situação descrita, após registrar os ajustes e provisões necessárias ao cumprimento das normas, a empresa levará a balanço, como saldo representativo desses três estoques, o valor de

- a) R\$ 7.780,00
- b) R\$ 7.880,00
- c) R\$ 8.500,00
- d) R\$ 8.750,00
- e) R\$ 8.700,00

14- A empresa ARPEC S/A, em 31 de dezembro de 2010, apresenta um saldo de R\$ 84.210,00 na conta Veículos. A conta Depreciação Acumulada, nessa data, já tinha saldo de R\$ 20.500,00, antes de se contabilizar os encargos do exercício.

A vida útil econômica dos veículos foi estimada em cinco anos e o seu valor residual foi estimado em 5%, dispensando-se os centavos, após o arredondamento matemático. O método de cálculo da depreciação utilizado é o linear.

Os veículos foram adquiridos e incorporados ao patrimônio, para uso, na forma como segue:

em outubro de 2008	R\$ 33.000,00;
em junho de 2009	R\$ 25.000,00;
em abril de 2010	R\$ 22.000,00.

Ao registrar na contabilidade os encargos de depreciação do exercício de 2010, a empresa vai encontrar o valor de

- a) R\$ 26.650,00
- b) R\$ 16.000,00
- c) R\$ 14.900,00
- d) R\$ 11.900,00
- e) R\$ 10.800,00

15- A CIA Dascartas é controladora da empresa Quatro Ases, pois possui 56% de seu capital votante.

Ao fim do exercício social, Quatro Ases apurou um lucro líquido de R\$ 100.000,00, após os tributos, participações, reservas e outros ajustes cabíveis, e, dele, destinou 25% para pagamento de dividendos a seus acionistas.

O fato narrado provocou mutações no patrimônio da empresa controladora Dascartas, que mandou promover o competente registro contábil, debitando a conta

- a) Caixa a crédito de Receitas de Dividendos.
- b) Dividendos a Receber a crédito de Investimentos
- c) Dividendos a Receber a crédito de Receitas da Equivalência Patrimonial.
- d) Dividendos a Receber a crédito de Receitas de Dividendos.
- e) Investimentos a crédito de Dividendos a Receber.

16-De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, um passivo deve ser classificado como Passivo Contingente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios, exceto:

- a) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- b) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- c) está detido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- d) deverá ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço.
- e) a entidade não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

17- Entre as afirmativas abaixo, apenas uma expressa a verdade. Indique-a, assinalando a opção que a contém.

- a) Presume-se haver histórico de lucratividade na entidade que obteve lucro tributável em, pelo menos, dois dos cinco últimos exercícios sociais.
- b) A reavaliação de ativos só é permitida em certas condições, mas afeta o resultado tributável no exercício em que ocorre.
- c) A diferença entre o valor contábil de um ativo reavaliado e sua base fiscal constitui uma diferença temporária e dá origem à obrigação fiscal diferida.
- d) Deve ser observada a desvinculação entre o reconhecimento do ativo fiscal diferido e a avaliação da continuidade operacional da entidade.
- e) A existência de incertezas, quanto à continuidade operacional da entidade, impede o reconhecimento contábil de ativos fiscais diferidos, mas os já reconhecidos, não devem ser estornados.

18-Entre as afirmativas abaixo, apenas uma não expressa a verdade. Indique-a, assinalando a opção que a contém.

Em relação à norma NBC T 19.31 – Benefícios a empregados, podemos dizer que ela

- a) tem como objetivo estabelecer a contabilização e divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.
- b) determina que a entidade deve reconhecer um passivo quando o empregado prestar um serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.
- c) aplica-se a todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles cujo pagamento é baseado em ações, que é tratado em outro texto.
- d) trata, inclusive, das demonstrações contábeis dos planos de benefícios a empregados e dos fundos de pensão e assemelhados.
- e) exige que uma despesa seja contabilizada quando a entidade se utilizar do benefício econômico proveniente do serviço recebido em troca de benefícios a empregado.

19-A Medida Provisória n. 449/08 criou o Regime Tributário de Transição – RTT, para apuração do lucro real, o qual trata dos ajustes decorrentes dos novos critérios e métodos contábeis adotados pela Lei n. 11.638/07 e MP n. 449/08.

Sob esse aspecto e em relação aos incentivos governamentais e subvenções, pode-se afirmar que:

- a) o Regime Tributário de Transição – RTT busca neutralizar os efeitos fiscais decorrentes destes ajustes, a partir de 2009, sendo optativo para o exercício de 2008.
- b) as subvenções para custeio são constituídas por auxílio financeiro e são registradas contabilmente como reserva de capital.
- c) as subvenções e assistências governamentais reconhecidas no resultado pelo regime de competência, serão excluídas do LALUR, assim como da base de cálculo do PIS e COFINS.
- d) a parcela do Lucro Líquido mantida em Reserva de incentivos fiscais deverá ser tributada.
- e) a parcela do Lucro Líquido mantida em Reserva de incentivos fiscais deverá ser distribuída aos sócios e integrar a base de cálculo para dividendos.

20- Entre as opções abaixo, assinale aquela que contém uma resposta errada.

Determinada empresa de capital fechado, que não tem títulos de dívida negociados em mercado de capitais, estando interessada em divulgar algumas informações por segmento, nos termos do IFRS 8 e do CPC 22, indagou a um especialista se isto era possível.

A resposta obtida foi no sentido de que essa empresa, por suas características informadas:

- a) não está obrigada a divulgar informações por segmento.
- b) não pode divulgar quaisquer informações por segmento.
- c) não pode divulgar “algumas” informações por segmento, apenas.
- d) ou divulga tudo que é requerido ou não divulga qualquer informação.
- e) os princípios do CPC 22/IFRS 8 devem ser aplicados em sua plenitude.

AUDITORIA

21- Visando manter a qualidade e a credibilidade do seu trabalho, ao identificar ameaças que possam comprometer a sua independência, o auditor deve tomar a seguinte providência:

- a) comunicar a direção da entidade auditada, para que sejam tomadas as providências necessárias à sua eliminação.
- b) aplicar as salvaguardas adequadas, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável, documentando-as.
- c) propor aos responsáveis pela entidade de auditoria a supressão das ameaças mediante acordo entre as entidades.
- d) documentar as ameaças e comunicá-las aos órgãos de supervisão e controle do setor em que atua a entidade auditada.
- e) eliminar as ameaças mediante comunicação aos responsáveis pela governança da entidade auditada e fazer constar tais providências no seu parecer.

22- Assinale a opção que indica uma exceção aos princípios fundamentais de ética profissional relevantes para o auditor na condução de trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

- a) Independência técnica.
- b) Confidencialidade.
- c) Competência e zelo profissional.
- d) Comportamento e conduta profissional.
- e) Objetividade.

23- Assinale opção falsa a respeito das evidências de auditoria.

- a) A quantidade necessária de evidência de auditoria é afetada pela avaliação dos riscos de distorção.
- b) A qualidade é fator importante para determinar a suficiência das evidências.
- c) A opinião do auditor é sustentada nas evidências de auditoria.
- d) As auditorias anteriores não podem ser uma fonte de evidência segura se tiver sido executada por outra entidade de auditoria.
- e) A forma primária de obtenção de evidência é a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria.

24- No parecer sobre as demonstrações contábeis, o auditor deve emitir sua opinião afirmando se estas representam adequadamente ou não a situação patrimonial da entidade. Nesse parecer, devem ser observados os seguintes aspectos relevantes, exceto:

- a) as obrigações para o período seguinte.
- b) a origem e a aplicação dos recursos para o período a que correspondem.
- c) as mutações do patrimônio líquido.
- d) a posição patrimonial e financeira.
- e) o resultado das operações no período.

25- A respeito das disposições estatutárias, que impõem ônus a acionistas que votarem favoravelmente à supressão de cláusula de proteção à dispersão acionária, o entendimento adotado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM é de que:

- a) as companhias que fizerem constar em seu estatuto tais disposições deverão solicitar à CVM a prévia autorização para o seu registro.
- b) a aplicação de tais disposições no caso concreto depende de prévia autorização da assembléia de acionistas.
- c) a aplicação concreta dessas disposições acessórias não se compatibiliza com diversos princípios e normas da legislação societária em vigor.
- d) os acionistas contrários a estas disposições podem recorrer à CVM para as providências cabíveis ao caso.
- e) a introdução de tais disposições no estatuto atende às disposições da legislação societária vigente, desde que aprovadas um ano antes do início da sua vigência.

26- Segundo determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no ajuste a valor presente do ativo e do passivo de longo prazo de que trata a Lei n. 11.638/2007, as empresas devem obedecer aos seguintes procedimentos, exceto.

- a) as notas explicativas deverão detalhar as premissas e fundamentos que justificaram as taxas de desconto adotadas pela Administração.
- b) ao submeter ativos e passivos de curto prazo ao ajuste, devem ser observadas, além das regras gerais, as taxas de retorno para investimentos de curto prazo.
- c) as reversões dos ajustes a valor presente dos ativos e passivos monetários qualificáveis devem ser apropriadas como receitas ou despesas financeiras.
- d) as premissas e fundamentos que justificarem as estimativas contábeis relativas ao cálculo dos ajustes a valor presente, inclusive as taxas de desconto, serão objeto de avaliação quanto à razoabilidade e pertinência pelos auditores independentes.
- e) A quantificação do ajuste a valor presente deverá ser realizada em base exponencial “*pro rata die*”, a partir da origem de cada transação, sendo os seus efeitos apropriados nas contas a que se vinculam.

27- Na comunicação das deficiências do controle interno, o auditor deve explicitar que:

- a) as deficiências observadas têm relação direta com a elaboração das demonstrações contábeis e são suficientes para comprometer o funcionamento da entidade.
- b) os assuntos comunicados estão limitados às deficiências que o auditor identificou durante a auditoria e concluiu serem de importância suficiente para comunicar aos responsáveis pela governança.
- c) o exame efetuado nos controles internos, embora relacionados com as demonstrações contábeis, se estenderam para além do limite destas.
- d) os controles internos avaliados demonstram que a organização necessita desenvolver programas de governança nas áreas financeiras e contábeis.
- e) as distorções detectadas decorreram única e exclusivamente das deficiências desse controle detectados como falhos.

28- A respeito de planejamento na realização de auditorias é correto afirmar:

- a) é a fase inicial dos trabalhos e deve ser concluída antes que as equipes específicas e/ou especializadas iniciem suas avaliações.
- b) constitui-se nos trabalhos iniciais de coleta de informações a respeito da entidade a ser auditada e dos mecanismos de controle existentes.
- c) não é uma fase isolada da auditoria, mas um processo contínuo e iterativo, que muitas vezes começa logo após (ou em conexão com) a conclusão da auditoria anterior, continuando até a conclusão do trabalho de auditoria atual.
- d) é a fase em que participa, além da equipe de auditoria, toda a área de gestão e governança da entidade, em especial, a área responsável pela elaboração das demonstrações contábeis.
- e) consiste em definir as estratégias gerais e o plano de trabalho antes do início de qualquer atividade de avaliação e revisão das demonstrações.

29- Assinale a opção cujo conhecimento não é exigido no exame de qualificação técnica para registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI.

- a) Legislação societária e normas do Conselho Federal de Contabilidade.
- b) Língua Portuguesa aplicada.
- c) Ética profissional.
- d) Legislação e normas dos órgãos federais de controle.
- e) Legislação profissional.

30- O responsável pela revisão da qualidade dos trabalhos de auditoria deve realizar uma avaliação objetiva dos julgamentos significativos levando em conta os seguintes aspectos, exceto:

- a) avaliação das conclusões atingidas ao elaborar o relatório e considerar se o relatório é apropriado.
- b) discussão de assuntos significativos com o encarregado do trabalho.
- c) revisão da documentação selecionada de auditoria relativa aos julgamentos significativos feitos pela equipe de trabalho e das conclusões obtidas.
- d) revisão das demonstrações contábeis e do relatório proposto.
- e) discussão do julgamento e relatório com a direção da entidade auditada.

FUNCIONAMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

31- Mercados eficientes são aqueles nos quais:

- a) é livre a entrada ou a saída de qualquer agente econômico.
- b) a informação é direcionada aos participantes do mercado.
- c) os preços dos bens negociados refletem de forma acurada as expectativas dos agentes.
- d) não há especulação.
- e) as vantagens para a tomada de posições é cristalina.

32- Se mercados financeiros oferecem serviços diferenciados, pode-se afirmar que:

- a) convém, para reduzir a assimetria de informações, que haja intermediários especializados.
- b) se devem impedir a participação em certos mercados em que a vulnerabilidade do agente seja relevante.
- c) se devem uniformizar os serviços prestados.
- d) se devem manter bancos de dados para consulta de todos os interessados.
- e) se devem organizar clubes de investimento é solução correta.

33- A lógica da composição do mercado financeiro tem como fundamento:

- a) facilitar a transferência de riscos entre agentes.
- b) aumentar a poupança destinada a investimentos de longo prazo.
- c) mediar as relações entre agentes deficitários e os superavitários visando o bem-estar geral.
- d) preservar as funções da moeda.
- e) garantir retornos aos aplicadores de recursos financeiros.

34- A multiplicidade de instrumentos financeiros oferecidos nos mercados favorece:

- a) a escolha de riscos separando agentes a eles avessos dos propensos.
- b) a criação de instituições que administram riscos.
- c) a análise e avaliação do comportamento ético de investidores a operadores.
- d) a transparência na formação de preços de valores mobiliários.
- e) o desenvolvimento econômico.

35- Afirmar-se, em relação a valores mobiliários, que o mercado primário exige o funcionamento do secundário, indica que:

- a) os investidores preferem ter meios para, rápida e facilmente, trocar de posição.
- b) a eficiência do mercado primário é limitada e imperfeita.
- c) a incerteza domina a tomada de decisões de investidores.
- d) o mercado de balcão deve ser estimulado para fomentar o crescimento econômico.
- e) entre ter recursos líquidos ou liquidáveis, as pessoas preferem a primeira alternativa.

- 36- Opções de compra ou de venda de ações são estratégias para
- o lançador receber o prêmio.
 - especular com a variação de preço das ações ao longo do tempo.
 - evitar volatilidade do mercado.
 - facilitar a estimação do preço futuro das ações no mercado.
 - proteção de posições acionárias.
- 37- O pedido de autorização para o funcionamento de mercado de balcão organizado endereçado à CVM implica:
- manutenção de espaço físico para a realização das operações.
 - menor volatilidade preço dos valores mobiliários nele admitidos.
 - exigência de regras de governança corporativa na administração das companhias cujas ações forem nele negociadas.
 - manutenção de registro das operações.
 - regulação externa ou hetero-regulação.
- 38- Mercado de Bolsa e de balcão caracterizam-se por:
- ser o de balcão menos transparente do que o de Bolsa.
 - a incidência do poder de fiscalização da CVM ser maior no de balcão.
 - a auto-regulação ser mais presente no mercado de balcão do que no de Bolsa.
 - prevenirem perdas com volatilidade preço dos ativos negociados.
 - profissionalidade dos agentes.
- 39- Compete à CVM, como autarquia federal, garantir o funcionamento regular e eficiente dos mercados de valores mobiliários. Assim deve:
- aprovar todas e quaisquer negociações com valores mobiliários em bolsa.
 - aprovar a abertura das companhias para fins de captação de poupança popular.
 - regular e fiscalizar comportamentos de investidores no país e no exterior.
 - orientar investidores em suas escolhas para aplicação de recursos.
 - manter acordos com bolsas de valores estrangeiras para a divulgação de informações.
- 40- Entende-se por companhia aberta aquela que:
- adota estrutura de sociedade em comandita por ações que são de titularidade de membros da mesma família.
 - limitada, regida supletivamente pela lei de S.A, emite debêntures subscritas pelos cotistas.
 - é sociedade por ações emissora de debêntures para subscrição pública.
 - a título de prêmio, oferece opções de subscrição aos empregados.
 - é sociedade por ações, cujo capital é titulado por muitas pessoas.
- 41- O sistema de custódia de títulos e valores mobiliários emitidos por sociedades anônimas consiste de:
- conjunto de instituições financeiras que repartem entre si a guarda de ações escriturais;
 - os bancos comerciais que mantêm serviços de cofres de aluguel;
 - conjunto de instituições privadas que, por gozar de notória reputação, oferece serviços de guarda de valores mobiliários;
 - todos os agentes autônomos que prestam serviços no mercado de ações;
 - conjunto de instituições financeiras autorizadas pela CVM para manter a guarda de ativos fungíveis.
- 42- Derivativos, entre os quais *swaps*, são modelados para
- transferir riscos tal como se dá com o seguro de danos.
 - permitir o uso de informações visando lucros.
 - equacionar efeitos de variações opostas em posições credoras e devedoras.
 - facilitar a especulação com volatilidade preço de ativos.
 - tornar simples a arbitrabilidade preço de ativos financeiros.

- 43- As operações com opções como direito formativo gerador:
- só devem ser admitidas, quando negociadas por instituições financeiras.
 - espelham informações privilegiadas dos lançadores.
 - no modelo, europeu podem ser liquidadas a qualquer tempo.
 - lançadas a descoberto, criam riscos.
 - servem como instrumento de *hedge*, se o ativo for complementar.
- 44- A circulação de valores mobiliários pode ocorrer mediante empréstimo, o que não se aplica a
- ações ordinárias sem valor nominal.
 - ações preferenciais com direito de voto.
 - derivativos.
 - debêntures subordinadas.
 - opções para a subscrição de ações ou debêntures.
- 45- Contratos a futuro e a termo, negociados em bolsas, distinguem-se
- por grau de especulação das operações celebradas.
 - por maior risco nos futuros.
 - por atender a interesses dos especuladores ou dos *hedgers*.
 - por serem os negócios a termo mais vulneráveis, dada a menor fiscalização das autoridades reguladoras.
 - pelos formas de liquidação.
- 46- Há quem afirme que nos mercados futuros os contratos são despersonalizados, o que se explicaria por
- serem contratos por adesão.
 - serem contratos em que a liquidação por diferença prevalece sobre a entrega física do bem.
 - os contratantes terem como contraparte a Bolsa ou agente de compensação.
 - os contratantes escolherem, depois de definido o objeto, apenas a quantidade de contratos.
 - aos contratantes interessar a liquidez do mercado.
- 47- Modelos de precificação de ações são desenvolvidos partindo da noção de equilíbrio de mercado. Assim, pode-se considerar que:
- a relação risco – retorno leva em conta a liquidez.
 - a relação volatilidade e risco de mercado pende para ações macroeconômicas.
 - a relação entre valor contábil dos ativos e pagamento de dividendos prevê o futuro.
 - há relação da estrutura de capital com o preço das ações.
 - mudanças da situação atual são relacionadas à variação do preço.
- 48- Risco, como probabilidades de ganho ou perda, aparece nos casos de:
- concessão de crédito, quando há seleção adversa.
 - free riding*, nas externalidades positivas.
 - incerteza futura sobre decisões de consumo.
 - arbitragem de preços de ativos.
 - falta de fiscalização do investidor.
- 49- Estudos empíricos permitem afirmar que o aumento do preço de exercício de uma opção sobre ações reflete a expectativa de maiores retornos. Pode-se, pois, considerar que:
- existe relação em uma só direção entre variação de preços de ações e opções.
 - como preço das opções resulta unicamente das expectativas dos investidores, o resultado da análise empírica é inconclusivo.
 - que, tal como nos mercados futuros, no termo o preço do ativo subjacente e dos contratos se aproxima.
 - a volatilidade das opções decorre dos retornos reais das ações.
 - é elevada a probabilidade de haver relação biunívoca, isto é, nos dois sentidos, entre volatilidade preço de opções e retorno das ações.
- 50- A negociação de índices como o Ibovespa no Brasil e o Dow Jones Industrial nos Estados Unidos da América, entre outros, serve como instrumento para:
- indicar as variações diárias das ações negociadas em bolsas.
 - tomar decisões de investimento em ações de maior liquidez.
 - formular estratégias de proteção de posições a descoberto.
 - balancear carteiras de investimentos.
 - medir a rentabilidade de fundos de investimento.

ECONOMIA

- 51- Considere o caso de uma economia aberta de um país pequeno em relação ao resto do mundo, com livre mobilidade de capitais:
- um excesso de poupança interna sobre o investimento implica déficit na conta transações correntes.
 - um excesso de investimento sobre a poupança interna implica a necessidade de entrada de capital externo no país.
 - um excesso de investimento sobre a poupança interna implica aumento da taxa de juros no mercado internacional.
 - a livre mobilidade de capitais é suficiente para garantir a igualdade entre a poupança interna e o investimento.
 - um excesso de poupança interna sobre o investimento implica a entrada de poupança externa.
- 52- Considere o modelo keynesiano simplificado, fechado e com governo. É correto afirmar que política de expansão dos gastos do governo:
- será neutra, porque o investimento público substituirá o investimento privado (*crowding out*).
 - terá impacto menor sobre o crescimento da renda do que a política de transferência de renda do governo.
 - terá impacto maior do que política de transferência de renda, na proporção do inverso da propensão marginal a consumir.
 - afeta o dispêndio agregado, mas não afeta a renda da economia.
 - afeta negativamente o dispêndio agregado e a renda da economia.
- 53- Considere as hipóteses usadas para derivar formalmente a regra de Keynes-Ramsey em um modelo de dois períodos. A condição de otimalidade nesse modelo significa que:
- o investimento no montante da redução do consumo no primeiro período aumenta o estoque de capital, mas não permite um consumo maior no segundo período.
 - um decréscimo do consumo no primeiro período não acarreta uma perda de utilidade no mesmo período.
 - um decréscimo do consumo no primeiro período acarreta uma perda de utilidade no período seguinte.
 - para maximizar o consumo, os agentes não devem consumir todo o capital herdado no período final.
 - sobre uma trajetória temporal ótima de consumo, a taxa de decréscimo da utilidade marginal do consumo deve ser igual à produtividade marginal do capital.
- 54- No modelo Solow-Swan, a hipótese de retornos decrescentes de cada fator de produção torna-se fundamental para assegurar a solução de equilíbrio da economia. A partir desse modelo, é possível afirmar que:
- é com base nessa hipótese que se extrai o argumento que sustenta a existência de uma relação negativa entre a distância do nível de renda per capita de um país em relação ao seu estado-estacionário e a velocidade da taxa de crescimento dessa renda.
 - essa hipótese é equivalente à hipótese de rendimentos decrescentes de escala.
 - nesse modelo não há como testar empiricamente o pressuposto de convergência de renda entre países ou regiões para um dado estado estacionário.
 - essa hipótese assegura a não-existência de desenvolvimento tecnológico.
 - no modelo, a tecnologia é uma variável endógena.

55- Arrow e Sheshinski consideram a possibilidade da incorporação de progresso tecnológico nos modelos de crescimento por meio do mecanismo denominado de *learning-by-doing*. Assim sendo,

- a) pode-se afirmar que esses modelos são incompatíveis com o pressuposto neoclássico de um mercado perfeitamente competitivo.
- b) nesses modelos, o equilíbrio não se configurava como uma situação Pareto-Ótimo.
- c) em tais modelos, o aprendizado ocorria de forma intencional e tinha a característica de um bem público, cuja difusão não era instantânea.
- d) nesses modelos, a otimalidade paretiana não seria garantida por meio da presença do chamado “ditador benevolente”, ou seja, um governo que garanta a manutenção da lei e da ordem, a oferta de infra-estrutura básica, etc..
- e) nesses modelos, o mercado fornece equilíbrio eficiente devido à existência de externalidades e a sua não completa apropriação por parte de quem as gerou.

56- O sistema tributário deveria levar em conta as diferenças entre as preferências dos agentes econômicos. Mas essas informações são privadas e não perfeitamente reveladas na economia. Por isso, é correto afirmar que:

- a) o sistema tributário é distorsivo e ineficiente no sentido de Pareto.
- b) a eficiência econômica não está relacionada com as distorções que um sistema tributário provoca no comportamento dos agentes econômicos.
- c) o governo utiliza o *lump sum tax*, isto é, um imposto de montante fixo, como forma de corrigir essas dificuldades.
- d) o conceito de justiça tributária não está relacionado com a equidade entre os agentes econômicos da sociedade.
- e) um sistema tributário ótimo é definido pela estrutura tributária que maximiza o bem-estar social, independente da restrição de receita do governo.

57- A faixa de petróleo descoberta pela Petrobras, que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina, ficou conhecida como Pré-Sal. Alguns analistas atribuem ao Pré-Sal um efeito perverso sobre a taxa de câmbio brasileira conhecido como “Doença Holandesa”. É correto afirmar que:

- a) a possibilidade de o aparecimento da “Doença Holandesa” representar um risco à indústria brasileira, porque desvaloriza a moeda doméstica.
- b) o Brasil ficaria impossibilitado de financiar suas importações, caso a exploração do Pré-Sal fizesse surgir a “Doença Holandesa”.
- c) alterações na taxa de câmbio não impõem qualquer risco à indústria brasileira, pois esta depende quase que exclusivamente da demanda doméstica.
- d) há risco de valorização da moeda doméstica e, com isso, a indústria nacional perder competitividade tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional.
- e) a “Doença Holandesa” afetaria exclusivamente as exportações de carne bovina brasileiras.

58- Em 1956, com a chegada de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, o Brasil busca estabelecer um Plano de Metas cujo objetivo era “crescer cinquenta anos em cinco”, privilegiando 5 setores da economia brasileira: energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação. No Plano de Metas não se contemplava:

- a) criação de mercados oligopolizados.
- b) financiamento do gasto público, via expansão dos meios de pagamentos e empréstimos externos.
- c) crescimento do departamento I e da indústria produtora de bens de consumo durável.
- d) desestímulo ao programa de industrialização por substituição das importações em favor das empresas exportadoras.
- e) presença de empresas estatais e multinacionais na economia.

59- Em nível teórico, a abordagem tradicional do comércio internacional, com suporte no teorema de Stolper-Samuelson, refere-se ao processo de abertura comercial como uma forma de reduzir as disparidades de salário entre trabalhadores qualificados e não-qualificados nos países em desenvolvimento. Esse argumento tem como pressuposto o fato de a liberalização comercial

- a) diminuir o preço do fator abundante (trabalho não-qualificado) nos países em desenvolvimento.
- b) reduzir o prêmio do trabalho qualificado.
- c) melhorar os termos de troca em favor das importações.
- d) piorar os termos de troca em favor das exportações.
- e) aumentar o prêmio do trabalho qualificado.

60- Uma variação no coeficiente de endividamento de uma firma, segundo o teorema de Miller-Modigliani:

- a) aumenta o risco sobre os retornos associados à firma;
- b) aumenta o risco sobre os retornos associados à firma caso se substitua títulos por ações;
- c) aumenta o risco sobre os retornos associados à firma caso se substitua ações por títulos;
- d) não altera o risco sobre os retornos associados à firma;
- e) não altera o grau de alavancagem da firma.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br